

“CARTADAS DO JOGO INFORMACIONAL”: a perspectiva dual da informação como matriz do mundo sistêmico e do mundo vivido

Jose Washington de Morais Medeiros*
Marli Batista Fidelis**

RESUMO:

Nesta fase da modernidade, a informação é determinante para a inovação da ciência e da tecnologia na chamada sociedade do conhecimento. A globalização tem agregado à informação uma diversidade de fatores, que facilitam a geração, a disseminação e o uso de conteúdos. No entanto, com as crises das metanarrativas, as ciências empíricas, como a Arquivologia, têm sido conduzidas a repensar seus fundamentos, desvelando as contradições com que a informação se configura diante dos domínios do mundo sistêmico sobre o mundo vivido. Este trabalho busca entender a perspectiva dual da informação, no contexto da teoria da sociedade habermasiana, dimensionada pelo mundo sistêmico e pelo mundo vivido. Trata-se de uma pesquisa teórica, subsidiada pelo método hermenêutico e pela abordagem qualitativa. Situando a discussão na Arquivologia, discute a missão dos arquivos como célula do mundo vivido e, ao mesmo tempo, sua condição como mecanismo de controle/poder sistêmico. Destaca a contribuição teórica de Habermas para redimensionar o estudo da informação em arquivo, chamando a atenção para a responsabilidade social intrínseca do arquivo como esfera pública, difusor cultural e espaço de ações educativas, muito além de sua condição burocratizante, instituída pela própria mecanicidade dos interesses administrativos da racionalidade instrumental.

Palavras-chave: Informação. Jürgen Habermas. Mundo sistêmico. Mundo vivido. Arquivologia

* Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Professor da Universidade Estadual da Paraíba, Brasil.
E-mail:washi_med@yahoo.com.br

** Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Arquivista da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.
E-mail: sec.relacoesinternacionais@sinarquivo.org.br

I INTRODUÇÃO

No contexto da sociedade cognitiva (da aprendizagem, do conhecimento), altamente tecnologizada, mas também rechaçada de profundos distúrbios nos domínios da *personalidade* (solidão/depressão), da *cultura* (valores) e da *sociedade* (regras sociais válidas), de crises paradigmáticas na ciência e, com isso, nos modelos de explicação de mundo, de crise financeira em escala global e de medo coletivo nas ações terroristas, compreender o cenário

social em que a informação se situa é cada vez mais complexo.

A informação é um fenômeno matizado pela condição humana da comunicabilidade e da sociabilidade que, na modernidade, insere-se nas complexidades mais instigantes da (des)ordem social vigente. Nesse aspecto, está rechaçada com os enredos mais desafiadores da contemporaneidade, no sentido de poder (re)significar-se a partir das múltiplas dimensões de seus processos (da geração ao uso).

Por essas vias, o fenômeno da informação cada vez mais assume seu relevo na cultura planetária, contribuindo para as inovações e as descobertas da ciência e com as transformações da vida em sociedade. Da organização de arquivos (físicos/digitais) à convergência midiática, da gestão organizacional às necessidades individuais, das tomadas de decisão às estratégias dos negócios, das políticas públicas governamentais às ações comunitárias, entre outros fatores, a informação tem se constituído, no eixo singular, gerada e geradora de articulações que tanto podem coordenar ações orientadas para o entendimento quanto para interesses finalistas.

Desde o fim da Segunda Grande Guerra, a informação assumiu um papel tão importante, no cenário da sociedade moderna, que ganhou *status* de fenômeno social e de campo técnico-profissional e passou a ser ainda mais estudada/ analisada, normatizada, estocada, organizada, selecionada, higienizada, conservada, preservada e acessada, situando algo no mundo dos interesses da esfera privada e da esfera pública. Isso significa que a sistemática da informação consiste na dinamicidade de seu fluxo ou movimento e na atmosfera de sua natureza, cujo critério primeiro e último é a funcionalidade de seus significados. Essa sistemática envolve mecanismos de origem, organização, percepção e apreensão de conteúdos atualizados, expressivos e propulsores de projeções que tanto podem servir às “cartadas” constitutivas da racionalidade comunicativa¹ (mundo vivido) quanto da racionalidade instrumental² (mundo sistêmico).

1 Como critério de evolução social, a racionalidade comunicativa assume a posição de coordenação da intersubjetividade, descartando o uso da força, da coerção e da subjugação. Combate o dogmatismo, o relativismo, o misticismo, assim como todo e qualquer método de dominação social imposto aos sujeitos falantes, e promove o fortalecimento de esferas públicas, através do enfrentamento das formas de controle privado. Nessa linha de raciocínio, a racionalidade comunicativa aponta para a prática da argumentação como continuidade do desenvolvimento cognitivo, que exige aprendizagem reflexiva e desempenha, nos processos dessa aprendizagem, a desconstrução do conhecimento tradicional e a construção do conhecimento emancipatório (HABERMAS, 1999).

2 Para Habermas (1997, p. 57), a racionalidade instrumental orienta-se por regras técnicas, sobretudo apoiadas no uso do saber empírico. “Essas regras implicam, em cada caso, prognoses sobre eventos observáveis, físicos ou sociais, que podem revelar-se verdadeiras ou falsas. O comportamento da escolha racional orienta-se por estratégias que se baseiam num saber analítico. Implicam deduções de regras de preferências (sistemas de valores) e máximas gerais; essas proposições estão deduzidas de um modo correto ou falso. A ação racional teleológica realiza fins definidos sob condições dadas, mas, enquanto a ação instrumental organiza meios que são adequados ou inadequados, segundo critérios de um controle eficiente da realidade, a ação estratégica depende apenas de uma valoração correta de possíveis alternativas de comportamento, que só pode obter-se de uma dedução feita com o auxílio de valores e máximas”.

Nesse aspecto, este artigo pretende discutir o fenômeno da informação com base na concepção ambivalente de sociedade em Habermas: *mundo sistêmico e mundo vivido*. Como questão norteadora, a pesquisa delineou o seguinte problema: *como entender o fenômeno da informação a partir da perspectiva dual de sociedade em Habermas?* Na tentativa de responder ao problema proposto, partimos do pressuposto de que o *mundo sistêmico coloniza as formas autônomas de entender a informação como fenômeno articulador de mudanças coletivas e válidas no terreno do mundo vivido*.

Em termos metodológicos, fundamentamos na hermenêutica³ habermasiana a partir da pesquisa classificada como teórica. Utilizamos a Teoria da Ação Comunicativa (TAC), a obra mais relevante do autor, valendo-nos da abordagem qualitativa e do tipo de pesquisa exploratório (RICHARDSON, 2009).

2 HABERMAS E AS ESFERAS DA SOCIEDADE: MUNDO SISTÊMICO E MUNDO VIVIDO

Buscando romper com a filosofia da consciência e superar as crises da sociedade moderna, Habermas constrói a Teoria da Ação Comunicativa (TAC), com base em três grandes construtos teóricos: a teoria da racionalidade, a teoria da modernidade e a teoria da sociedade. Quanto a esta última, Habermas dimensiona o conceito de sociedade fundado em dois níveis distintos e incondicionais, que deveriam estruturar-se livremente, respeitando o espaço um do outro: mundo vivido (MV) e mundo sistêmico (MS).

São duas esferas coexistentes na construção social, com características, manifestações, articulações e interesses distintos. Portanto, poderíamos dizer que tanto o MV quanto o MS são alimentados pelo caráter flexível ou ambivalente com que a informação

3 A hermenêutica, ou ciência da interpretação, é um método que busca respostas para a pluralidade de inquietações das ciências sociais, através da base integradora dos sentidos: a *compreensão*. “Compreendendo, eu transporto de tal maneira meu próprio eu naquilo que é exterior, que uma vivência passada ou uma vivência alheia se torna novamente presente numa vivência que é atualmente minha” (HABERMAS, 1987, p. 160). Assim, a hermenêutica coaduna-se, numa mesma linha de interesses, com um plano prático de vida cotidiana e, conseqüentemente, com um plano interpretativo voltado para a construção do saber, o que torna a exegese hermenêutica, na concepção de Habermas, um fazer analítico que integra a linguagem e a experiência, buscando confirmar as bases empíricas que se colocam como plano natural da esfera circular da interpretação.

(re)articulada ou (re)significada possibilita uma multiplicidade de usos e de ações em sociedade, servindo tanto à evolução social (lógica do desenvolvimento) quanto à integração ideológica às formas de invasão e coerção (dinâmica do desenvolvimento).

Habermas conceitua o mundo vivido como um repertório que forma um conjunto de sentidos gramaticalmente instituídos pelas pessoas, compartilha um conjunto simbólico de informações/representações, orienta o entendimento mútuo e socializa a compreensão, a interpretação e a ação na realidade de cada um.

O mundo da vida só se abre a um sujeito que faz uso de sua competência linguística e de sua competência de ação. O sujeito só pode ter acesso a ele participando, ao menos virtualmente, nas comunicações de seus membros e, portanto, convertendo-se a si mesmo em membro potencial. (HABERMAS, 1999, p. 160).

O contexto social do mundo vivido é criado por sujeitos falantes e ouvintes e produz objetivações simbólicas que substanciam um arcabouço de conhecimento não formal, constituído a partir das experiências, que formam a herança cultural de cada sujeito, desde que nasce. Esse contexto cultural é dotado de qualidades naturais, que propiciam espaços de fala, mediados pela informação e pela comunicação (linguagem), e fundamentam a interação e a ação. Habermas entende essa realidade simbolicamente estruturada como um cotidiano natural intrínseco, que torna a condição existencial do mundo vivido complementar às intervenções do agir comunicativo no contexto racional das formas de vida.

Na sociologia compreensiva, proveniente do complexo teórico weberiano, o conceito de MV parte das representações cotidianas e se limita a fundamentar exposições narrativas de autoconhecimento e de situações sociais. Habermas reconhece o pensamento de Weber, mas contempla o mundo vivido como *um algo mais* que coordena ações notadamente estruturadas, cingindo uma espécie de “figurino” comunicacional. Esse figurino não advém de um molde nem de uma forma, mas substancia situações diferenciadas e proporciona uma harmonização simbólica e significativa no cotidiano, através do uso da informação por

meio da linguagem cotidiana, configurada nas expressividades comunicacionais. Por assim dizer, o mundo da vida ultrapassa as fronteiras do *eu* solitário da subjetividade e das exposições narrativas desconexas, para integrar, junto com esses fatores, a formação das expressividades.

Para Habermas, esse nível social de mundo é muito mais do que um plano de representações. Trata-se de um contexto alimentado por dimensões que, na ação orientada ao entendimento, o sujeito se situa e “pisa o chão” das situações semânticas. E é justamente nesse terreno de possibilidades que pode surgir outra forma de racionalidade: o agir comunicativo.

O mundo vivido fortalecido responsabiliza-se pela capacidade de atribuir à cultura a evolução processual da solidariedade, que se reproduz de geração a geração. Essa ideia de evolução associa-se à tomada de forças das estruturas simbólicas da realidade, através da qual a identidade se constitui culturalmente, e as competências se formam subjetiva e socialmente. Nesse sentido, para o entendimento consensual entre contextos diferenciados, o mundo vivido fornece subsídios, através de um conjunto de sentidos pré-científicos que formam a compreensão, a interpretação e a ação da realidade sobre os fenômenos que integram o cotidiano, alimentado por informações que renovam o acervo simbólico dos sentidos sobre as coisas. Os sujeitos saem de suas esferas individuais, o que reforça o entendimento de que constroem e reconstróem sobre sua identidade, objetos simbólicos e ações de fala.

Como horizonte inspirador e agregador de sentimentos, o MV “derrama-se” nos sonhos e na perspectiva de mudanças íntimas e amplas. Assim, não é estável nem calculável, mas móvel e dinâmico, porquanto, nele, os sujeitos dirigentes escrevem a história de seu próprio destino. Familiar ao contexto, o MV possibilita o entendimento sobre os interesses comuns, seja no mundo exterior natural (mundo objetivo), no exterior contextual (mundo social) ou no interior do *ego* (mundo subjetivo). O conceito de mundo vivido não se prende somente às esferas da cultura, mas passa a abarcar a natureza institucionalizada das sociedades e das personalidades, tornando-se abstrato.

Assim, o mundo vivido apresenta-se como um conjunto de expressões gramaticalmente socializadas e simbolicamente articuladas a partir

de estruturas internas que formam um arcabouço lógico entre o ser, o crer e o estar no mundo, atribuindo-lhe significados e interpretando-os através do estoque de experiências ou herança do passado, do senso cultural. Nesses termos, o MV pode se configurar como memória viva de informações/saberes significativos que se renovam ou se autorregeneram, no escopo dos mecanismos universais que formam o próprio MV: a cultura, a sociedade e a personalidade.

Nesse sentido, as estruturas de sonhos, concepções, culturas, ações e realidades plurais harmonizam as dimensões subjetivas do *eu*, da sociedade e da natureza, tornando-as entrelaçadas por uma teia de intersubjetividade agregadora. Essa intersubjetividade harmônica pode fortalecer as inter-relações que formam os vários mundos vividos pelos sujeitos sociais, do campo e da favela, das associações comunitárias às escolas, dos arquivos aos museus.

Inerente a si mesmo, o MV vislumbra um horizonte não estático, que dá fluidez ao movimento dos usuários da informação ou agentes comunicativos. No centro de suas estruturas, fundam-se as formas da intersubjetividade e do entendimento. Os agentes trocam experiências, selam acordos, aprendem uns com os outros e, à luz da crítica, formulam pretensões de validade nos sistemas interativos de referência, isto é, nos mundos objetivo, subjetivo e social.

O mundo da vida constitui, pois, o *contexto* da situação de ação: ao mesmo tempo, ele fornece os *recursos* para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação de ação. (HABERMAS, 1989, p. 167).

Trata-se do “solo” da *práxis* comunicativa, o “horizonte em que os agentes comunicativos se movem” (HABERMAS, 2001, p. 169), o espaço espontâneo da linguagem orientada para o entendimento mútuo. É o palco onde os sujeitos se mostram naturalmente, onde ocorre o desencadeamento das expressões, onde a informação pode articular-se à linguagem e se transformar em ação comunicativa. Nele, os sujeitos são capazes de construir suas próprias “verdades”, posicionando-se diante de um contexto comunicativo comum (consensual),

produzindo e recriando sentidos através de discussões dialógicas, alimentadas de informações variadas.

Assim sendo, o MV é o “chão” onde ocorre o agir comunicativo⁴, o lugar das interações mediadas linguisticamente, onde todos os participantes perseguem, mediante atos de fala⁵, fins ilocucionários⁶ (HABERMAS, 2001). As ações são interativas, voltadas para fins integrativos, ou seja, que unificam e promovem a participação em igualdade, sem qualquer coerção, possibilitando que os participantes harmonizem entre si seus planos individuais de ação. Desse modo, o terreno do MV é o palco ideal de surgimento e fortalecimento do agir comunicativo que, via de regra, é uma interação mediada simbolicamente, “segundo normas de vigência obrigatória que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes.” (HABERMAS, 1987, p. 57).

O agir comunicativo é emancipatório na medida em que privilegia a liberdade individual em função do entendimento mútuo. Na ação comunicativa, as pessoas atam relações mais racionais, exercitam a prática do consenso, evidenciam intenções, desejos e sentimentos e imprimem um compartilhamento de significados amparados pelo contexto do MV, o que se constitui como práticas comunicativas e ético-morais.

4 Habermas (2001) distingue manifestações distintas de ação, em função da coordenação de domínio das situações: normativa, dramaturgicamente, teleológica (instrumental e estratégica) e comunicativa. A ação *normativa* é racional e regulada por normas, que se referem à orientação das ações de um determinado grupo social, de acordo com seus valores comuns. A ação *dramaturgicamente* apoia-se na relação impressionista em que o “ator” se põe em cena para convencer determinado público. Na ação *teleológica*, ele persegue determinado fim ou estado desejado erigindo, numa dada situação, meios que ofereçam perspectivas de êxito, aplicando-os de forma adequada. A ação teleológica pode ser *instrumental* – caracterizada pela interação não social – especializa as orientações de ação em termos de competência pelo dinheiro e pelo poder e coordena as decisões através de relações de mercado ou de relações de dominação; ou *estratégica* – os atores, orientados ao sucesso, influem externamente nas decisões e nos motivos de outros. A ação *comunicativa* é uma “interação simbolicamente mediada”, que se orienta segundo normas definidoras das expectativas recíprocas de comportamento social, entendidas e aceitas pelos sujeitos. Trata-se de uma ação social fundamentada na mútua cooperação, mediada pela linguagem, na qual participantes se compreendem sobre algo no mundo.

5 Habermas apresenta a distinção entre o falar e o agir, ou seja, entre as “ações em sentido estrito”, como atividades desenvolvidas para atingir um propósito sem intervenção linguística, e os “proferimentos linguísticos como atos”, ou atos de fala, como ações linguísticas voltadas para o entendimento com o outro.

6 Tem-se por fins ilocucionários quando a pretensão do falante é de transmitir o sentido do que é dito e chegar a algum acordo sobre esse sentido.

Nessa perspectiva, a ação comunicativa oportuniza processos de interação em que os sujeitos se entendem entre si, possibilitando a renovação do saber cultural, a integração social e a formação de identidades pessoais, reproduzindo, contínua e simultaneamente, as estruturas simbólicas do mundo vivido (cultura, sociedade e personalidade), também chamados por Habermas de mecanismos universais.

Chamo cultura o acervo do saber, em que os participantes na comunicação se abastecem de interpretações para entenderem-se sobre algo no mundo. Chamo sociedade as ordenações legítimas através das quais os participantes na interação regulam suas pertencas a grupos sociais, assegurando com isso a solidariedade. E por personalidade entendo as competências que convertem a um sujeito em capaz de linguagem e de ação, isto é, que o capacitam para tomar parte em processos de entendimento e para afirmar neles sua própria identidade. (HABERMAS, 2001, p. 196).

Complementar à existência do MV e, conseqüentemente, aos limiares da sociedade, Habermas situa outra plataforma social integrante da existência da condicional do mundo vivido: o mundo sistêmico. Enquanto as estruturas do MV são *simbólicas* e naturais, as do MS são *materiais* e delimitadas intencionalmente em função de seus próprios benefícios. Assim, o mundo sistêmico é um contexto que sustenta as ações estratégicas para a integração de sistemas cada vez mais eficientes ao organismo das funções empíricas do saber. É uma plataforma de atuação de interesses ideológicos, que busca autopromoção e fortalecimento pleno nas ações do Estado, das empresas, do capital de giro, das barreiras no acesso à informação nos arquivos, da técnica e ciência como ideologia, como também de toda a instrumentalização que confere cada vez mais poder aos sistemas integradores da ordem e, conseqüentemente, aos imperativos que o alimentam: o dinheiro e o poder.

O MS não prioriza a fluidez do acesso ao uso da informação, alimentando os “segredos” das verdades, o “silêncio” da não comunicação. Assim, os interstícios do mundo sistêmico obstruem a linguagem como *medium* de entendimento, o que implica dizer que a informação e a comunicação só se tornam

eficientes quando se inserem nas burocratizações, nas formalizações, nos documentos gerados e arquivados pelas instituições. No contexto da sociedade hiperadministrada, não importa se a informação e a comunicação servem à interação e ao entendimento mútuo entre sujeitos, ganhando valor nas formas como transferem sentidos e significados, nas maneiras com que servem de estratégia para o fortalecimento do dinheiro investido na dinâmica da reprodução capitalista, e do poder legitimador de sua própria ordem, regulador das relações pessoais e funcionais para a vigência da ordem estabelecida como favorável.

Nessa dimensão, a informação é tida como um trunfo, uma “arma secreta”, estrategicamente guardada/estocada para garantir a eficiência na realização das tarefas e na obtenção de lucros, fortalecendo o império sistêmico do dinheiro e do poder.

Controlando a natureza complexa da informação arquivística (da geração ao uso), as atividades econômicas, influenciadas pelos interesses capitalistas, começam a refletir a industrialização do trabalho social e passam a requerer processos complexos e meios adequados para alcançar resultados através da ação instrumental, que “[...] impõe aos indivíduos uma coordenação automática e independente de suas vontades, com crescente perda de liberdade, [...] em um processo de racionalização do mundo vivido empobrecido pelo avanço da esfera sistêmica.” (OLIVEIRA, 2003, p. 73).

A lógica instrumental (adequação de meios a fins), incorporada nas relações hierárquicas (poder político) e de intercâmbio (economia), passa a conduzir a reprodução material do capital e materialista da informação. Nesse modelo, a manutenção do agir estratégico mostra-se conveniente em detrimento do saber intuitivo do mundo vivido.

[...] o mundo do sistema, que se caracteriza pela *organização estratégica econômica e política*, onde impera a não linguagem, a não discussão, ou seja, é a macroestrutura na qual se organizam as formas de produção do capitalismo mecânico e instrumental [...] (FIELDLER, 2006, p. 96.).

Os sujeitos estão subordinados a um complexo conjunto de normas e regras sociais de ordem instrumental, devidamente formalizadas e sistematizadas, que controlam as estruturas

sociais e tolhem a interação. Nessa conjuntura, os sujeitos coordenam suas ações e decisões em busca do próprio sucesso, com objetivos fundamentados na reprodução material do capital e no fortalecimento regulador das formas de poder, orientados pela racionalidade instrumental⁷. Assim, Habermas (2001, p. 218) afirma que, “[...] nas sociedades modernas [...], surgem âmbitos de organização formal e relações sociais regidas por meios [poder e dinheiro], os quais já não admitem uma atitude de conformidade normativa nem filiações sociais geradoras de identidade, e sim, as banem à periferia”.

Nas sociedades modernas, a racionalização reflete um processo de desenvolvimento caracterizado pelo aumento crescente dos estratos sociais que ficam submetidos a critérios técnicos de decisão racional, moldada e organizada para um determinado fim. Nesse modo de dispor a sociedade, denominado por Habermas (2001) de integração sistêmica, os sujeitos estão diante de uma organização estratégica, econômica e política, em que predominam a “não linguagem”, o “não questionamento”, geridos por um capitalismo mecânico e instrumental com vistas à consecução de seus objetivos.

O mundo vivido, desarticulado pelo uso cognitivo-instrumental do saber e pelos interesses do mercado, é invadido e colonizado, o que dificulta o desenvolvimento argumentativo do sujeito e a evolução social. Sua colonização se efetiva a partir do momento em que as deliberações outorgadas por outra esfera de mundo (o MS) sobrepõem-se aos seus mecanismos.

Para Habermas, a tendência é de que as ações finalistas do mundo sistêmico busquem, a todo instante e por várias formas, invadir ou colonizar o mundo vivido, com a intenção de dominá-lo, em suas bases de articulação, paralisando sua reprodução natural e amortificando-a sem que percebamos. Essa forma de dominação colonizadora dos sistemas deslinguistizados é o que Habermas denomina de *colonização do mundo da vida*, que acontece de múltiplas formas, inclusive através da aprendizagem, da profissionalização, do

direito, das religiões, da mídia, da informação, entre outras janelas que limitam nossa forma de visualizar as “paisagens” da realidade, porquanto são construídas e funcionam também como sistema de domínios, dando a falsa impressão de que são autônomas.

Como consequência desse processo de colonização, surgem as patologias da modernidade que, induzidas por mecanismos sistêmicos, caracterizam-se por distorções na base informacional/comunicativa do mundo vivido. Habermas entende que o conceito de patologias sociais faz referência a um contexto complexo de domínios, em que se buscam deflagrar os sofrimentos sociais ocultos, propiciados pela razão instrumental, através dos processos de industrialização, comercialização, burocratização, controle, legalização de normas e leis, cientificação e aplicação tecnológica, com ações guiadas e interesses não coletivos. As patologias sociais são, pois, “chagas ocultas”, que se envolvem na marginalização social e na exclusão cultural (HABERMAS, 2001), tornando-se uma ameaça para o sistema como um todo. Isso dificulta o desenvolvimento tanto na lógica instrumental quanto o na lógica da razão comunicativa em termos sociais. A penetração da racionalidade instrumental na interação social tem gerado no sujeito contemporâneo o individualismo, os conflitos, as guerras, as desigualdades e as injustiças sociais, suscitando as graves patologias sociais.

Combater tais patologias implica enfrentar as crises atuais e assumir *ações orientadas pelo entendimento mútuo* entre discursos divergentes, situações conflitantes e desacordos estruturalmente assolados a partir de *ações orientadas por fins*. Diante disso, o filósofo preconiza a não universalização desse racionalismo, posicionando-se contra a penetração do instrumentalismo em esferas onde deveria prevalecer a ação comunicativa, como é o caso das unidades de informação como espaços culturais.

O mundo sistêmico e o mundo vivido são esferas constitutivas da sociedade e que, portanto, deveriam funcionar em paralelo, mas nunca em desarmonia. Habermas defende a necessidade de um equilíbrio entre o MS e o MV, de modo que um não se sobreponha ao outro, mas constituam “[...] um sistema que tem que cumprir as condições de mantimento próprias dos mundos socioculturais da vida [mediante] relações de ações sistematicamente

⁷ “Organização de meios adequados para atingir determinados fins ou pela escolha entre alternativas estratégicas com vistas à consecução de objetivos.” (GONÇALVES, 1999, p.127).

estabilizadas de grupos integrados socialmente.” (HABERMAS, 2001, p. 215).

Para o autor, cada plataforma de mundo coaduna suas próprias forças diante do jogo dos contrários, isto é, das formas multidimensionais com que estratégicas, como a informação controlada, o conhecimento construído com fins não coletivos e a lógica do capital, por exemplo, determinam as dominações de uma esfera de mundo (MS) sobre a outra (MV). Desse modo, a luta é pelo fortalecimento/racionalização do mundo vivido para que o mundo sistêmico não venha “estrangulá-lo” através da colonização de suas bases de articulação e sua reprodução natural. Para isso, a sociedade precisa ser (re) concebida sob a perspectiva de sujeitos sociais agentes e emancipados, motivados pelas (re) construções das práticas sociais voltadas para a busca do entendimento intersubjetivo e de vivências solidárias no cotidiano.

Habermas esclarece que a existência do mundo sistêmico, via de regra, não significa fator de risco para o mundo vivido, porquanto a teoria da sociedade não centraliza o mundo da vida como único parâmetro de articulação do agir. Assim, o mundo dos sistemas, integrado por bases imperativas organizadas de maneira funcional, burocrática e hierárquica do *poder* político, e pela célula regente de processos internos e externos do *dinheiro* dentro, dos interesses econômicos, é um palco que articula a informação na mesma medida em que define a expansão estratégica de seus domínios, controlando o acesso e reificando o uso.

O problema, como diz o autor, são os espaços abertos e vulneráveis do mundo vivido, que são penetrados pela expansão de domínios do mundo sistêmico. Quando há fragilidades nas correlações internas dos mecanismos universais do MV (cultura, sociedade e personalidade), há também, por parte do MS, uma abertura para a entrada de ações orientadas afins, contaminando os núcleos profundos que subsidiam a existência natural do MV.

3 O FENÔMENO DA INFORMAÇÃO: entre o mundo sistêmico e o mundo vivido

Nos fundamentos mais tradicionais da Arquivologia, como, por exemplo, a arquivística

clássica ou custodial⁸, a informação aparece como coadjuvante do documento de arquivo, haja vista que o foco das atenções conceituais e do tratamento empírico recai muito mais para o suporte do que para o conteúdo. Considerada como “elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contidos num documento” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 107), em Arquivologia, a informação ainda parece não estar inserida no centro de suas discussões. Embora passando por eventuais revisões conceituais, essa ciência sinaliza que é regida pelas convenções de uma tradição muito mais técnica do que atendida com as reflexões da informação como categoria além dos domínios instrumentais do mundo sistêmico. Jardim (2004) denuncia que, embora a Arquivologia caminhe rumo ao tempo da pós-custódia, ainda permanece reproduzindo modelos arcaicos como, por exemplo, outorgar ao documento um hipervalor de guarda em vez de socializá-lo como mediador de conteúdos informacionais envolvido nas teias simbólicas, complexas e vivas dos sujeitos sociais que desenvolvem necessidades de informação e que poderiam supri-las se fosse mais facilitado o acesso aos arquivos. Fundados na concepção do autor, poderíamos dizer que a guinada necessária para superar o problema dos “arquivos direcionados aos arquivistas” para “arquivos direcionados aos usuários” equivale a uma compreensão singularmente promissora para o fortalecimento do mundo vivido e que, na prática, implica repensar a atuação do arquivista como agente “pré-moldado” pelo mundo sistêmico e programado para fortalecer o circuito de seus interesses.

Jardim (2004, p. 1) defende a tese de que “é cada vez mais ressaltado que arquivistas não

⁸ Na Arquivística clássica, o paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista é caracterizado pela sobrevalorização da custódia, da conservação e da restauração do suporte. Há tendência para se preservar a cultura erudita e superior, com ênfase na memória, como fonte legitimadora do Estado-nação e, mais tarde, do Estado Cultural. Nessa circunstância, preponderam o valor patrimonial do documento e o predomínio da divisão e assunção profissional. Já na Arquivística moderna, o paradigma pós-custodial, informacional e técnico-científico é diretamente associado à “Era da Informação” e ao impacto global das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), caracterizado pela valorização da informação como fenômeno humano e social, sendo o suporte um derivado informacional. Considera o constante e natural dinamismo informacional, priorizando o acesso à informação por todos, através de condições específicas, definidas e transparentes. Busca compreender a perspectiva da informação como fenômeno social, mediante modelos teórico-científicos em detrimento do universo rudimentar e fechado da prática empírica (SILVA, 2009).

servem aos arquivos, mas à sociedade e aos seus diversos agentes". No entanto, tal entendimento parece não ser preocupação da formação do arquivista, que é muito mais preparado para manipular o documento (a mecânica da técnica) do que a informação (a lógica de sua complexidade social); para transferir sentidos, do que para dialogar sobre as necessidades dos usuários; para distribuir, em vez de socializar; para absorver, em vez de refletir. No contexto de tais ambivalências, é difícil desacoplar a formação/atuação do arquivista das malhas do MS e entender a informação como germe de fortalecimento do MV, o que pode suscitar esclarecimentos e constituir-se em parâmetro de pretensão de autenticidade, justiça e veracidade.

Nessas condições denunciadas por Jardim (2004), há de se supor que, no espaço dos arquivos, os sujeitos-usuários são submetidos aos ditames normativos, privados da possibilidade de questionar a equanimidade das normas que regem a própria razão de ser dos arquivos diante das "cartadas do jogo" arquivístico e sua tradição autolegitimadora. Por essas vias, podemos lançar a ideia de que os usuários da informação arquivística sofrem por serem considerados, na prática processual das relações cotidianas, apenas peças de uma engrenagem mecânica e sistêmica, úteis para cumprir fins de eficiência pré-determinados por um ritmo de produção inerente ao MS. Esses fins resultam de interesses puramente instrumentais, que "especializam as orientações de ação, em termos de competência pelo dinheiro e pelo poder, e coordenam as decisões através de relações de mercado ou de relações de dominação." (HABERMAS, 1982, p. 4).

Nesse contexto de sobreposição/colonização do MS sobre o MV, de relações sociais coordenadas por padrões constrangedores e orientados pelos imperativos sistêmicos, a informação torna-se instrumento de dominação, ao mesmo tempo em que tende a abater a atuação dos contextos de comunicação interativa presentes no mundo vivido. Nesse contexto, é tida como um produto de consumo, fundamental para as ações estratégicas teleguiadas pela reprodução econômica e pelo fortalecimento regulador do capitalismo, e assume, ela própria, características coercivas, quando vinculada a processos de institucionalização do poder, que prescindem dos valores culturais e ético-morais.

Por outro lado, pelas janelas restauradoras e otimistas do mundo vivido, também é possível entendermos a informação como base articuladora do agir comunicativo e, portanto, como germe do MV. Embora não discuta tais categorias a partir de Habermas, Silva (2006, p. 150) aproxima-se desse entendimento e considera que a informação tem uma dupla funcionalidade semântica. Uma referente a "um fenômeno humano e social, que compreende tanto o dar forma a ideias e a emoções (informar), como a troca, a efetiva interação dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar)". Já a outra funcionalidade considera a informação como

[...] um objeto científico, a saber: conjunto estruturado de representações mentais, emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada.

Nesse aspecto, o autor considera a informação como um fenômeno humano e social, inerente à vida em sociedade. As ideias e emoções humanas e individuais tomam forma e são trocadas numa efetiva interação entre os sujeitos sociais. Desse modo, a informação tanto é fenômeno de matriz individual, que surge na mente humana, que "conhece, pensa e se emociona", como também é coletiva, pois o sujeito "interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si." (SILVA, 2006, p. 24).

A informação é a materialização das ideias e das emoções, através de uma codificação de signos e símbolos significantes de acordo com as visões de mundo, normas e regras que orientam determinado(s) grupo(s) social(is) - a língua, como um sistema de símbolos, é exemplo disso. Nessa perspectiva, para Silva (2006, p. 104), o conceito de informação corresponde "à capacidade humana e social de representar e conhecer (-se a si mesmo e a) o mundo, o que implica a interação contínua (troca e transformação das representações)".

No lócus de interação intersubjetiva linguística, a informação torna-se expressão e representação simbólica da linguagem e assume uma ancoragem sociocognitiva, atrelada às

inter-relações entre a cultura, a sociedade e a personalidade, isto é, uma configuração que permite a abertura de múltiplas perspectivas sobre o mundo. Considerando que a informação é o conjunto estruturado de representações emocionais, codificadas e modeladas com/pela interação social (SILVA, 2006), quando associada a processos de comunicação voltados para o entendimento, pode apresentar-se como o fundamento que propicia a reflexão e a ação no/com o mundo.

No “solo” do mundo vivido, a informação (expressão e representação simbólica da linguagem) apoia as interações voltadas para o entendimento mútuo, de modo que os fundamentos sustentadores da esfera argumentativa estariam constituídos pelos repertórios informacionais, construídos e adquiridos nos contextos da experiência e da ação cotidiana. Nesse sentido, a informação, como o esteio para a retroalimentação do repositório de interpretações, também permeia as convicções e evidências que orientam as ações dos sujeitos sociais em suas relações consigo e com o mundo.

Quando configurada como lócus motivador de convicção e gerador de consenso entre os participantes de processos interativos (linguísticos/comunicativos), a informação substancia o agir comunicativo, visto que reflete os enredos culturais, a normatividade definidora das relações interpessoais e a formação identitária estruturante do mundo social da vida. Ancorado em conteúdos significativos/informacionais, o processo de interação coordena as ações de socialização, permitindo que as ideias/argumentações sejam apresentadas: a) como válidas e expressivamente justas no mundo *objetivo*; b) como normas eticamente justificadas e aceitas no mundo *social*; e c) como sensações/emoções vivenciadas pelo mundo *subjetivo* dos afetos, inerentes à condição humana (bases articuladoras do mundo vivido).

No mundo sistêmico, no entanto, o uso da informação encontra-se norteado por modelos instrumentais e estratégicos de organização e acesso. Os interesses do MS e suas expressões mais singulares e não linguísticas (imperativos sistêmicos) tendem a comandar o arquivo, como instituição burocrática, e tentam subordinar os sujeitos que necessitam da informação custodiada por intermédio de um complexo conjunto de normas e regras de ordem instrumental,

devidamente formalizado e sistematizado, reflexo do conhecimento guiado por interesses não coletivos (egocêntricos/ individualistas), encrostados nas penetrantes veias da colonização que assume múltiplas dimensões de ação.

Nesse sentido, sobre as duas plataformas da sociedade - ação do mundo vivido e do mundo sistêmico - coexistentes em suas especificidades, surge a informação arquivística, totalmente controlada pela administração dos interesses, mas, ao mesmo tempo, divergente e praticamente dividida: a) como mecanismo “causa-efeito” de dominações múltiplas sobre as formas de pensar-agir (razão instrumental); e b) como germe de racionalização do mundo vivido e manifestação de pretensões de verdade que busca (re)orientar ações de entendimento sobre as coisas no mundo (razão comunicativa). Nesse sentido, a informação, por esse viés antagonico, pode ser entendida como germe da ação comunicativa (elemento da interação dialógica), caracterizando-se como mecanismo de sobrevivência e experiência comum. Em outros momentos, a economia de mercado estabelece as normas da informação através do controle processual sobre as estruturas sociais, como, por exemplo, as unidades de informação (os arquivos), ocasionando um tolhimento na interação livre de domínios. Assim, criado como mecanismo funcional da administração das organizações regidas por interesses finalistas e não coletivos, o arquivo vai se tornando amplamente rechaçado pelo poder do mundo sistêmico.

Por essas vias, encravada no berço funcional que revigora e fortalece o MS, a partir do caráter intencional e estratégico da autopromoção sistêmica, a informação arquivística serve muito mais como mecanismo de controle e regime de poder do que como esfera democrática de utilidade pública. Nesse aspecto, a gênese dos sentidos da informação ideologicamente disseminada é regulada, definindo-se aquilo que pode ser acessado, como e quando. Sistematizando instrumentos de recuperação da informação como, por exemplo, os de pesquisa, o arquivo, dominado pelas máculas do MS, passa a priorizar a forma, ao conteúdo, a técnica, aos significados, a operacionalização das massas documentais, ao livre acesso pelo usuário. Talvez o arquivo, muito mais do que a biblioteca e o museu,

assume a dimensão mais emblemática que abarca e reproduz o controle do MS sobre a informação em sociedade. Juntamente com os meios de comunicação que noticiam e as organizações capitalizadas que geram a informação orgânica, o arquivo torna-se o arquétipo guardador de lugar de uma dinâmica desenvolvimentista que o faz, paradoxalmente, importante e sem reconhecimento social, “morto” e “vivo” para as organizações, praticamente sem aparecer nas cenas dos enredos dos acontecimentos comunitários, aventando-se como um centro de poder sistêmico, mas sem poder de ação autônoma sobre si mesmo, porque aparece colonizado ou invadido pelo mundo sistêmico, sem que esteja imune a se tornar um dos seus agentes mais produtores, sobretudo no contexto do Século XXI.

Em contrapartida a tudo isso, na perspectiva dual da sociedade habermasiana, o arquivo lida com informações orgânicas, produzidas e recebidas por entidade ou pessoa, sendo, portanto, fruto de determinado ponto de vista, corrente de pensamento, testemunha de ações. São, portanto, construções inteligíveis de sujeitos, em contextos específicos de ação organizada no mundo social da vida. Articulado como difusor cultural e espaço de ações educativas, o arquivo também pode fortalecer as bases do mundo vivido, principalmente quando o arquivista articula com o usuário uma relação de reciprocidade comunicativa, capaz de ir além da burocratização instituída em sua mecanicidade intrínseca, que propicia o entendimento mútuo entre quem guarda a informação e quem necessita dela para resolver os problemas da vida.

Portanto, a Arquivologia necessita refletir sobre a informação como vetor de renovação e reprodução dos componentes simbólicos do mundo vivido, e o arquivo, como lócus propício aos processos socioculturais, pois, como afirma Habermas (1990, p. 100), “os organismos só podem ser descritos enquanto pessoas quando e na medida em que forem socializados, isto é, penetrados por conjuntos de sentido culturais e sociais e estruturados através deles”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas teórico-filosóficas de Habermas lançam-nos nos complexos

encadeamentos da contemporaneidade, uma vez que permitem pensar o modelo tradicional de sociedade e suas implicações resultantes. Sua teoria da sociedade, uma análise sobre as relações (des)proporcionais entre o mundo vivido e o mundo sistêmico, oferece caminhos para pensar a informação como fenômeno social que se dualiza diante das esferas da sociedade e de seus organismos, como os arquivos.

No mundo vivido, a informação (expressão e representação simbólica da linguagem/comunicação), apoia as interações voltadas ao entendimento mútuo, visto que constitui os fundamentos sustentadores da esfera argumentativa, construídos e adquiridos nos contextos da experiência e da ação cotidiana. Nesse sentido, a informação, como o esteio para a retroalimentação do repositório de interpretações, permeia as convicções e evidências que orientam as ações dos sujeitos sociais em suas relações consigo e com o mundo. Diante disso, crescem as responsabilidades dos profissionais da informação como, por exemplo, o arquivista, no sentido de promover/prover a informação para o sujeito-usuário que necessita do seu conteúdo no cenário social em que se situa.

Isso significa dizer que pensar a informação, no terreno da Ciência da Informação, não somente pode *innovar* como também pode *renovar* os princípios/fundamentos teóricos válidos sobre o papel da informação como germe de mudanças para o desenvolvimento local, a luta contra as desigualdades e as injustiças sociais e a qualidade de vida do sujeito humano. Em termos históricos, as reflexões e as práticas informacionais (da organização à disseminação) não priorizaram o caráter social da informação, haja vista que ainda prepondera a perspectiva da racionalidade instrumental sobre o pensamento e a prática informacional.

No mundo sistêmico, a informação é norteadora por modelos sistêmicos e estratégicos de organização, análise e disponibilização que, no caso da Arquivologia, tanto fazem parte da formação do arquivista quanto de sua perspectiva de se “fechar” nos micromundos dos arquivos, praticamente sem janelas para a sociedade de que faz parte, e com a porta semifechada para o usuário. Arelados aos interesses administrativos das empresas, os arquivos aparecem como mais um agente dominado pelos interesses dos imperativos sistêmicos (dinheiro e poder),

unidimensionado por normas e regras de ordem instrumental, esvaindo-se de sua natureza a capacidade de fazer de si mesmo um lócus de racionalização (fortalecimento) do mundo vivido.

Por um lado, a informação, como protagonista do agir comunicativo, pode instigar o entendimento mútuo, propiciar a coordenação das ações e promover a socialização, designando manifestações e condições da aprendizagem organizacional que, no arquivo, como centro de cultura, pode desvelar-se nas condições de (re) criação dos sentidos das coisas, principalmente quando o usuário tem trânsito “livre” entre os conteúdos informacionais. Por outro lado, operando no domínio da administração, da economia e do mercado, em exercícios funcionais/instrumentais e não comunicativos da linguagem, a gestão arquivística pode atrelar o arquivo como esfera de subordinação do mundo vivido. Acoplados ao mundo sistêmico, o arquivo e a informação gerenciados são domínios coercitivos contrários ao usuário, arraigados aos interesses do poder, e não, ao ideário da emancipação humana.

Nessa perspectiva, no lastro de um contexto planetário de sérias ambivalências sociais para povos, culturas e nações, o debate sobre

informação, como construção social, configura-se como transgressão da funcionalidade pragmatista, sistematicamente tecnificada ou profundamente positivista de pensar a informação como elemento materialista/capitalizado. Na atual conjuntura, prevalece o sentido da informação como insumo da ordem sistêmica, com o conseqüente fortalecimento da racionalidade instrumental altamente burocratizada pelos interesses do Estado (política/economia) e da iniciativa privada (empresariado).

À Arquivologia urge discutir o papel da informação para a sociedade do conhecimento, através de uma pragmática comunicativa que amplie o sentido da informação a uma dimensão sócio-cognitivo-interativa, transformando a informação livre de coerções em uma política emancipatória para as civilizações.

Portanto, a condição necessária para o pensar/agir é promover o *apartheid* da razão instrumental, para que o fenômeno da informação e o campo da Arquivologia se tornem humanamente envolvidos pelas possibilidades da utopia, buscando subsídios para reestruturar as patologias sociais que, conforme Habermas (2000), impedem a realização do projeto filosófico da modernidade.

Artigo recebido em 04/09/2012 e aceito para publicação em 17/03/2013

**“HIGH STAKES OF THE INFORMATIONAL GAME”:
the dual perspective of information as origin of the systemic world and the lifeworld**

ABSTRACT:

In this modernity era, the information is determinant for science and technology innovation in the so called knowledge society. The globalization has added several factors to information. These facilitate the generation, dissemination and use of contents. However, with the metanarrative crises, the empirical sciences, such as Archive Sciences, have been led to reflect about their fundamentals so as to unveil the contradictions with which information is presented in the domains of the systemic world in relation to the life one. This research aims to understand the dual perspective of information, in the theoretical context of habermasian society, involved by both the systemic world and the lifeworld. It is a theoretical research, subsidized by the hermeneutic method and the qualitative approach. Discussion is centered on the Archive Science and the archive mission as cell in the lifeworld as well as its condition as control mechanism/systemic power are analyzed. It points out Habermas' theoretical contribution for reestablishing the study on archival information, highlighting the intrinsic social responsibility of the archive as public sphere, cultural diffuser and space for educational actions, besides its documental condition, which is instituted by its own mechanization of the administrative interests concerning the instrumental rationality.

Keywords:

Information. Jürgen Habermas. Systemic world. Lifeworld. Archive science.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. 2004. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2010.
- FIEDLER, R. C. P. A Teoria da ação comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, p. 93-100, 2006. Disponível em: <http://www.ung.br/revista_educacao/edicoes/01/cap_11_pg93.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2008.
- GONÇALVES, M. A. Teoria da ação comunicativa de Habermas: possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano XX, n. 66, p. 125-140, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a6.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2008.
- HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.
- _____. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- _____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. **Teoría de la Acción Comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1999. 1 v.
- _____. **Teoría de la Acción Comunicativa: crítica de la razón funcionalista**. Madrid: Taurus: 2001. 2 v.
- JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <www.dgzero.org>. Acesso em: 15 fev. 2008.
- OLIVEIRA, A. A. A. **A competência comunicativa como telos para o agir pedagógico**. 2003, 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2003.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SILVA, A. M. Arquivologia e gestão da informação/conhecimento. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 47-52, maio/ago. 2009.
- _____. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do conhecimento**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- SILVA, J. G.; MARINHO JÚNIOR, I. B. Socialização da informação: aportes da teoria da ação comunicativa. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 466-472, set./dez. 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/475/434>>. Acesso em: 26 ago. 2008.